

Circular nº 29/2013*02 de Dezembro de 2013***Assunto: Novas portarias SCE**

Caros Associados,

O Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de Agosto, transpondo a Directiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios, revogou o pacote legislativo anterior que introduziu em Portugal o Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior em Edifícios. Este diploma aprovou o novo Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, integrando ainda os novos Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços.

Conforme previsto no articulado, diversas matérias careciam de regulamentação específica, aguardando-se a sua especialização em portarias. Ora bem, duas das portarias foram publicadas na passada sexta-feira e entraram em vigor no dia imediatamente seguinte, isto é, a 30 de Novembro.

A primeira é a Portaria n.º 349-A/2013, de 29 de Novembro, e vem introduzir um conjunto de parametrizações, utilizando para o efeito cinco anexos que dela fazem parte integrante. Assim, o Anexo I regulamenta as competências da entidade gestora do SCE. O Anexo II regulamenta as actividades dos técnicos do SCE. O Anexo III estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão. O Anexo IV fixa as taxas de registo no SCE. Finalmente, o Anexo V estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do PQ.



Por seu turno, a Portaria n.º 349-B/2013, de 29 de Novembro, define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção. O Anexo constante da presente portaria e que dela faz parte integrante estabelece os referidos requisitos.

Ficam a faltar ainda algumas Portarias, merecendo particular destaque a que incidirá sobre os aspectos da QAI, cuja responsabilidade tutelar é partilhada pela Agência Portuguesa do Ambiente e Direcção-Geral de Saúde, mas que deverá ser publicada na próxima semana.

Recordamos que a APIRAC tratou os temas em aberto e as implicações decorrentes das novas disposições na vida das empresas em dois encontros, nas cidades de Lisboa e Porto, no arranque do mês de Outubro, comprometendo-se a dar sequência com novos encontros assim que fossem publicadas as portarias em falta. Nesses encontros, a APIRAC procurará esclarecer quanto às oportunidades e ameaças da nova legislação para as empresas do Sector e respectivos técnicos - TIM e PQ. Os encontros serão divulgados nos canais habituais. A participação será gratuita mas sujeita a pré-inscrição.

Com os melhores cumprimentos,

Direcção da APIRAC